



jornal da adua

Nº 63
fevereiro/março 2015



@aduass



aduass



imprensa.adua@gmail.com

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas - Seção Sindical/ANDES - SN

34º Congresso do ANDES-SN elege luta unificada como prioridade em 2015



Após intenso debate, categoria delibera como centralidade da luta para este ano a necessidade de avançar na organização dos docentes e na unidade com movimentos e entidades classistas nacionais e internacionais. Estratégia é defender a Educação de forma unificada. **Página 6 e 7**

ENTREVISTA

Democracia ameaçada na América Latina

Página 9



MOROSIDADE

Maioria dos municípios do AM sequer iniciou elaboração do plano de educação, prevista no PNE

Dos 62 municípios amazonenses, apenas Maraã (a 615 Km de Manaus) já está com Projeto de Lei do Plano Municipal de Educação (PME) elaborado. Os municípios têm até 24 de junho para atender determinação do PNE aprovado em 2014.

Página 3



IGUALDADE

Transgênero reivindica uso de nome social na Ufam

Página 4

SOLIDARIEDADE

Tecnologia fomenta 'carona' na universidade

Página 5

Ao iniciarmos o novo período letivo, a ADUA saúda os colegas professores, os técnico-administrativos e os estudantes pelo semestre letivo que se inicia, desejando à comunidade da Ufam que este período seja de pleno êxito. Que as nossas atividades acadêmico-profissionais, as nossas mobilizações e as nossas lutas reforcem o compromisso em defesa das condições de trabalho que garantam o ensino-aprendizagem condigno. No final de fevereiro tivemos o 34º Congresso do ANDES-SN, que se realizou em Brasília, no qual, uma vez mais, o nosso sindicato reafirmou o compromisso com a Universidade pública. Os cerca de 500 docentes que participaram do evento definiram como eixo central da luta sindical para este ano o fortalecimento da organização do movimento docente e a busca de unidade com os demais movimentos sociais no país, reafirmando o compromisso com o ensino público de qualidade e a defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores. “Lutar ou lutar”, são as duas alternativas que, para o presidente

da ADUA, professor José Alcimar de Oliveira, devem orientar o horizonte dos professores das Universidades públicas. É neste contexto de “lutar ou lutar” que, no fechamento desta edição, foi oficializada pelo governo Dilma a troca do titular do Ministério da Educação. Se as expectativas em relação ao ministro anterior – Cid Gomes – não podiam ser em nada positivas, dado o histórico de não diálogo e intransigência para com o professorado da rede pública do Ceará, demonstrado durante a sua gestão como governador do Estado, as expectativas em relação a Renato Janine Ribeiro como novo ministro da Educação eram as melhores possíveis. Embora não seja propriamente um combatente do movimento docente, Renato Janine é inegavelmente um intelectual com dedicação à Universidade e ao fazer universitário. Respeitado não apenas em sua área de trabalho – a Filosofia –, o novo ministro demonstrou ao longo de sua carreira profissional uma independência crítica – o que, aliás, deve ser a marca do verdadeiro intelectual público! –, mesmo em momentos

anteriores nos quais exerceu funções em órgãos públicos, como a Capes e o CNPq. A expectativa era de que à frente da pasta da Educação Renato Janine assumisse o papel de intelectual orgânico no sentido gramsciano do termo, intelectual que em estando no governo não se distanciava das reivindicações e, principalmente, dos direitos dos trabalhadores da Educação pública. No entanto, a contar pelas suas declarações no ato de posse – de que o seu Ministério irá contribuir com o ajuste fiscal do governo federal – e nas suas primeiras manifestações à imprensa – defendendo a “racionalização de gastos” e a busca por “formas de economizar, fazer ganhos de gestão” – está claro que o novo ministro se coloca como mais um burocrata neoliberal a conduzir a Educação como um armazém de secos e molhados, objetivando a “otimização de lucros” e que não se pode esperar dele mais do que a mera implementação da cartilha neoliberal que tanto prejuízo tem acarretado aos direitos dos trabalhadores na Educação e ao Ensino Público.

Notas

Pelo fim do “pacote de maldades”

Após um mês de greve, os trabalhadores da rede pública do Paraná começam a colher os frutos do movimento paredista: cerca de 400 professores e 65 pedagogos foram nomeados. A realização de concurso público é uma das lutas da categoria no Estado. Já os docentes e técnico-administrativos das universidades estaduais paranaenses, que deflagraram greve em fevereiro e retomaram as atividades em meados de março, ainda não puderam contabilizar ganhos. Eles pedem a revogação do “pacote de maldades” do governador Beto Richa e que afeta diretamente os servidores públicos estaduais. Os trabalhadores pedem ainda o pagamento do 1/3 de férias e a manutenção da autonomia universitária.

Longe da meta

Aproximadamente nove em cada dez municípios brasileiros não atingiram o percentual mínimo de alunos com desempenho adequado em matemática no 9º ano do ensino fundamental, segundo os parâmetros do movimento Todos pela Educação. De acordo com os dados, apenas 10,8% dos municípios atingiram a meta intermediária calculada para que, em 2022, bicentenário da Independência do Brasil, pelo menos 70% dos alunos tenham aprendizado adequado. O Todos pela Educação considerou os resultados da Prova Brasil de 2013, os últimos disponíveis. Em português, esse percentual foi um pouco melhor (29,6%). Em todo caso, será preciso avançar bastante para atingir o resultado esperado dentro do prazo.

Faca amolada

O MEC cortou 7.109 das 11 mil bolsas previstas para a edição deste ano do programa Jovens Talentos para Ciência, aproximadamente 65% do total. Isso significa um corte de R\$ 34,1 milhões dos R\$ 52,8

milhões do orçamento previsto para o projeto. Neste ano, só 3.891 candidaturas foram homologadas, conforme publicado no DOU, no dia 26 de fevereiro. Na última edição foram preenchidas 10.886 vagas. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) nega que houve corte nas bolsas, alegando que o número de vagas preenchidas está de acordo com a quantidade prevista no edital do concurso.

Adesão sem discussão

A Universidade Federal do Tocantins (UFT) assinou, no fim de fevereiro, contrato de gestão compartilhada do Hospital de Doenças Tropicais (HDT) de Araguaína com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), em Brasília, sem ter feito qualquer discussão sobre a adesão com a comunidade acadêmica

ou ainda ter deliberado o assunto em reunião do Conselho Universitário (Consuni) da instituição. A instância deliberativa é que costuma colocar em pauta assuntos polêmicos e que tratam sobre o futuro da instituição. O ato fere a autonomia e a democracia universitárias.

Docentes acampam em frente à Aleam

Professores da rede pública de ensino do Amazonas realizaram no dia 25 de fevereiro uma manifestação na frente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALE-AM), para pedir reajuste salarial e pressionar os deputados a fiscalizarem verbas destinadas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

charge



O jornal da ADUA é uma publicação da Associação dos Docentes da Ufam - Seção Sindical do ANDES-SN.

Diretoria: José Alcimar de Oliveira (Presidente), Lino João de Oliveira Neves (1º Vice-presidente), Aldair Oliveira de Andrade (2º Vice-presidente), Ana Lúcia Gomes (1ª Secretária), Antônio Batista da Silva (2º Secretário), José Humberto Michiles (1º Tesoureiro) e Ana Cristina Belarmino (2ª Tesoureira).

Coordenador de Comunicação: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459)

Jornalista Responsável: Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491)

Reportagem: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459), Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491) e ANDES-SN

Projeto Gráfico e Arte: Herivaldo da Matta (Kuca)

Fotografias: Anderson Vasconcelos e Annyelle Bezerra

Impressão: Gráfica Silva. 2000 exemplares.

Fone/Fax: (92) 3088-7009 / 3305-4103

e-mail: aduass@uol.com.br; imprensa.adua@gmail.com

Endereço: Avenida General Rodrigo Otávio Jordão, 3000, Campus Universitário, Setor Sul, Coroado, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas.

Site: www.adua.org.br

■ Atraso

Metade dos municípios do AM sequer iniciou redação do plano de educação

Arte: Cristiano Alves/Idesam

Dos 62 municípios amazonenses, apenas Maraã (a 615 km de Manaus) já elaborou Projeto de Lei contendo o Plano Municipal de Educação (PME) daquela localidade, atendendo às determinações do Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em 2014. A menos de três do fim do prazo determinado pela lei sancionada ano passado, mais da metade dos municípios sequer iniciou o processo de elaboração ou readequação dos PMEs. Os dados são da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase) do Ministério da Educação (MEC) e foram atualizados no dia 31 de março.

Conforme as estatísticas do Sase, 65% deles estão atrasados. Nesse grupo estão 33 municípios que apenas constituíram a comissão coordenadora do PME, a etapa mais preliminar do processo; e outros sete que sequer formaram o grupo de trabalho responsável pelas atividades ligadas à determinação do Plano Nacional.

Outros 15 municípios já concluíram o diagnóstico situacional da educação. Em etapa mais adiantada, quando comparados com o quadro anterior, estão Japurá, Manaus e Santo Antônio do Itá, onde o documento-base contendo o texto do plano já está elaborado. Para avançar, esses três municípios precisam ainda realizar consultas públicas.

Antes de elaborar o Projeto de Lei correspondente e enviá-lo ao Legislativo, as comissões precisam ainda definir as estratégias para realização de consultas públicas, pois a legislação determina que os processos de elaboração e adequação dos planos de educação sejam realizados “com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil”, para que possam ser monitorados e cumpridos localmente.

É o que já está ocorrendo em Iranduba, Lábrea e Manacapuru, onde as consultas públicas estão em andamento. Após essas etapas, o Projeto de Lei

vai para a apreciação do Legislativo, para ser aprovado e sancionado. O prazo para que isso seja feito encerra dia 24 de junho.

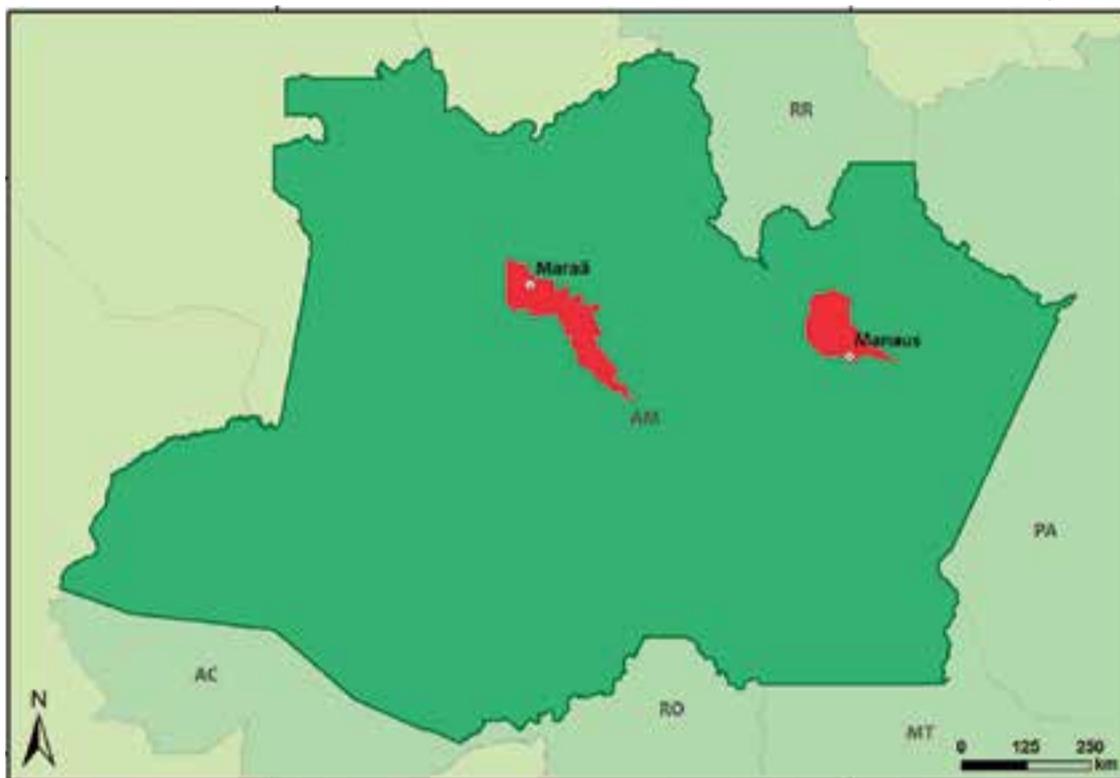
De acordo com informações do Sase, apenas 50 municípios cumpriram todas as fases até a sanção da lei, em todo o país. Entre eles, Itupiranga, no Pará, o único da região Norte a concluir o processo.

Em âmbito estadual, a situação não é diferente. O Amazonas é um dos 10 estados onde o diagnóstico situacional já foi concluído, mas os trabalhos precisam avançar. Mais atrasados estão Alagoas, Bahia e Paraná, os quais ainda não foram além da constituição da comissão coordenadora das etapas. Nos Estados do Acre, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, São Paulo e Tocantins os documentos-base foram produzidos. No Distrito Federal, em Roraima e em Santa Catarina o projeto de lei já foi elaborado. Nos casos do Rio Grande do Sul e de Rondônia, o texto já foi enviado ao Legislativo. A lei já foi sancionada no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Maranhão.

Alerta

O atraso no processo de elaboração dos PMEs e ainda do Plano Estadual do setor preocupa especialistas e representantes de entidades ligadas à educação, que, ao ligar o “sinal de alerta” para o fim do prazo, pedem mais compromisso com o segmento no Amazonas. “Nós não conseguimos estabelecer efetivamente um sistema de educação devidamente organizado nas atribuições financeiras, administrativas, pedagógicas e didáticas, em relação às obrigações para com a Educação”, afirmou o 1º Secretário do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), professor Jacob Paiva.

O docente sustenta que a falta de mecanismos de acompanhamento das promessas para a educação dificulta a cobrança por parte da sociedade. “Se não se estabelece respon-



Maraã, a 615 km de Manaus, é o município onde o processo de atualização do PME está mais avançado

“Esse atraso é parte da história da educação brasileira, que tem uma tradição de insuficiência quanto a planejamento em geral”.

Professor Jacob Paiva, 1º Secretário do ANDES-SN

sabilidade, fiscalização, controle e até punição em relação a qualquer plano, os entes federativos não se veem obrigados a colocar em prática aquilo que está estabelecido no planejamento das ações”, disse. Para Paiva, a inexistência de sanções a quem descumpra prazos e metas revela, entre outras coisas, uma das fragilidades do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em junho do ano passado. “Esse atraso é parte da história da educação brasileira, que tem uma tradição de insuficiência quanto a planejamento em geral”, completou.

Para o representante do Movimento Educar para a Cidadania (MEC), professor aposentado da Faculdade de Direito, Alcebades Oliveira, o atual estágio dos municípios amazonenses e do Estado no cumprimento das determinações do PNE é fruto do descompromisso com

uma das áreas consideradas pela população como mais importante para a nação. “Nesse país, não há compromisso com a educação. Falta vontade política e responsabilidade com esse segmento”, sintetizou.

Diante do encurtamento do prazo, o secretário-executivo do Instituto Amazônico da Cidadania (IACi), Hamilton Leão, teme que o plano a ser apresentado pelos entes municipais e estadual não corresponda às reais necessidades da população amazonense. “Não podemos ter um plano com falhas, sem a efetiva discussão com a sociedade e sem a participação das instituições interessadas”, criticou, acrescentando que espera comportamento distinto daquele que ocorreu na elaboração dos planos diretores. “Os municípios investiram em propaganda superficial a respeito do projeto para as cidades, mas

não envolveram a sociedade nos debates”, afirmou.

O especialista em Legislação, Avaliação e Planejamento Educacional e professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Rubens Castro, explica que o PNE funciona como uma espécie de “guarda-chuva”, abrangendo os objetivos e metas gerais para a educação no país, mas que, sem o esforço dos Estados e municípios, as diretrizes estão fadadas a ficarem somente no papel. “O plano é importante para os municípios, porém tenho percebido falta de preocupação com este tema. É esse planejamento que definirá quantas escolas serão construídas e que cursos serão oferecidos, entre outras coisas, para que se cumpram as metas ambiciosas do PNE”, disse.

Na avaliação de Castro, o descumprimento de prazos e a elaboração com planos desconexos com a realidade deveriam resultar em suspensão de recursos. “Com esse tempo curto, será difícil cumprir as exigências do MEC. Nesses casos, os recursos federais destinados aos municípios deveriam ser suspensos até a apresentação do plano”, contestou.

Direitos

Uso de nome social entra em pauta na Ufam

Foto: Anderson Vasconcelos

O debate sobre a inclusão do nome social (usado por transexuais e travestis) nos registros acadêmicos e funcionais da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) deixou o âmbito de uma sala de aula do Departamento de Filosofia (DF), de onde a questão emergiu, e deve chegar às instâncias superiores da instituição. Este é o entendimento da Câmara de Ensino de Graduação (CEG), que, em reunião realizada no dia 13 de março, decidiu acompanhar o relato do caso e o entendimento de que o assunto precisa ser discutido nos Conselhos.

“O parecer sobre o assunto foi bastante didático e trouxe experiências de outras universidades onde o nome social já é usado. É algo que merece ser discutido na Ufam e ter ampla participação da comunidade acadêmica”, disse o titular da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proeg), professor Dr. Lucídio Rocha, que também é presidente da CEG. De acordo com Rocha, durante a reunião não houve manifestação contrária à aprovação do uso do nome social na universidade. Ele disse ainda que não vê impedimento para a adoção da medida.

Para um dos integrantes da comissão responsável por promover o debate da questão no DF, professor José Belizario, a pauta discutida na reunião da CEG se configurou como uma “aula sobre os direitos humanos”. Ele avaliou positivamente o encontro, mas acredita que uma normativa sobre o tema é apenas o primeiro passo. “Uma resolução sozinha, claro, não vai resolver o problema. Ela deve vir acompanhada de alternativas para o debate desse e de outros temas que tratem a questão das minorias na Ufam”, afirmou o docente. A expectativa agora é que o assunto entre em pauta no Conselho Universitário (Consuni).

Solicitação

O pedido para regulamentação do uso do nome social na Ufam foi feito no fim de janeiro pela estudante do 7º período de Filosofia Diana Brasilis, com o apoio do DF. Em um documento de onze páginas, o Departamento apresenta as motivações e justificativas da solicitação, cujo objetivo é “promover os direitos civis de membros da comunidade LGBT [Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros] que pertencem à Ufam, bem como compatibilizar a



Reivindicação é da estudante transgênero de Filosofia Diana Brasilis, com apoio do Departamento do curso

legislação administrativa da instituição” às normas já existentes.

No texto, o Departamento afirma que Diana “enfrenta em seu cotidiano acadêmico uma série de obstáculos, e até mesmo constrangimentos”, em virtude de não ter sua identidade de gênero reconhecida oficialmente pela instituição. O caso da estudante, segundo o documento, representa um conflito real de leis. “Por um lado, temos o direito civil de uso do nome social assegurado pelo Amazonas. Por outro lado, temos a ausência de regulamentação desse direito por parte da legislação administrativa da Ufam”, diz trecho da solicitação.

O pedido contempla a alteração em diários de disciplinas, fichas e cadastros, formulários, listas de presença, divulgação de notas, processos seletivos e resultados de editais, “tanto os impressos quanto os emitidos eletronicamente pelo sistema oficial de registro e controle acadêmico”, inclusive garantindo ao estudante e ao servidor o direito de ser chamado pelo nome social, sem menção ao nome civil, durante os eventos ofi-

ciais realizados na instituição.

“É um direito de todo indivíduo se identificar e ser identificado pelos outros da maneira que prefere e se entende”, afirmou a professora do DF Verrah Chamma, outra integrante da comissão criada pelo DF. “Entendo a angústia dela e de todo transgênero ao se identificar e se apresentar de uma maneira, mas não ter esse direito reconhecido. Por isso, sentimos necessidade de fazer algo mais que simplesmente concordar em chamá-la de Diana”, disse Chamma, acrescentando que a medida pode beneficiar outros estudantes.

A graduanda de Filosofia é portadora de uma Cédula de Nome Social, emitida em outubro de 2014, pela Secretaria de Segurança do Estado do Amazonas (Seseg-AM), válida em todo o território estadual. Pouco depois da expedição da cédula, Diana realizou as atividades da disciplina “Estágio Supervisionado II” durante um mês na Escola Estadual Rui Araújo, onde afirma não ter enfrentado dificuldades. “Consegui meu nome social antes de ir para essa escola e, como ela é uma unidade estadual, eles respeitam a minha identidade”, o que, muitas vezes, não ocorre na universidade.

Mudanças

A estudante garantiu sua vaga na universidade por meio do Processo Seletivo Contínuo (PSC), em 2012. Com a nova fase, ela começaria não somente o curso de Filosofia, mas o processo de mudança na sua identidade. “A minha essência é ser garota, indiferente da minha condição biológica e da minha anatomia”, ressalta.

Ela começou o tratamento em outubro de 2013, quando já estava

no 2º ano de Filosofia, mas foi somente há um ano que Diana resolveu exteriorizar a mudança, quando deixou os cabelos crescerem e passou a usar trajes femininos. Segundo a estudante, os colegas de classe encararam seu novo aspecto com certa naturalidade.

Receptividade que ela nem sempre encontra quando deixa a sala de aula, no Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), e passa por outras unidades acadêmicas. Questionada sobre como se sente nessas circunstâncias, a graduanda de Filosofia não hesita em falar de seu desapontamento. “Isso me incomoda bastante. Quando estou num estado de angústia, me sinto um lixo”, lamenta.

A estudante do 7º período de Filosofia, Sarah Tavares de Lima, amiga de Diana desde o Ensino Médio, confirma as dificuldades enfrentadas pela colega de turma e diz que a questão precisa ser discutida na universidade. “A Ufam precisa debater esse assunto”, afirmou.

Análise

Na avaliação do psicólogo e ex-coordenador do GT de Diversidade Sexual do Conselho Regional de Psicologia (CRP) Andrews Duque, uma possível regulamentação do tema na universidade pode garantir não só direitos, mas espaço a um público muitas vezes considerado ‘invisível’. “A escola, frizo com ênfase, ainda é um não-lugar para muitas delas, inclusive a universidade”, afirmou, categórico. Para ele, ainda é latente o despreparo de alguns profissionais para lidar com essa comunidade. A observação é parte do trabalho de mestrado provisoriamente intitulado de “Tornar-se travesti: o

desenvolvimento de travestis na cidade de Manaus”, que pretende compreender o universo e as concepções da comunidade transgênero da capital.

Para a estudante de Psicologia Ane Caroline Nunes, que também pesquisa a participação dos transgêneros no contexto escolar, reconhecer o nome social é fortalecer a identidade de uma pessoa.

Regulamentação

O tema já está amparado na legislação e em algumas rotinas de Ministérios. A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República emitiu um Termo de Cooperação Técnica fazendo jus ao Decreto nº 7037, de dezembro de 2009, com objetivo de promover o enfrentamento da discriminação de identidade de gênero e orientação sexual nas instituições federais.

O Ministério da Educação (MEC), por exemplo, atualizou o formulário de inscrição e autorizou, por exemplo, o uso do nome social na prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2014. Além disso, várias Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) já regulamentaram o tema (confira o box).

Em âmbito local, a Portaria Nº 002/2014, da Secretaria de Justiça do Estado do Amazonas (Sejus) trata da cédula de nome social, que pode ser usada oficialmente como documento civil de identificação.

Nessa mesma linha de afirmação dos direitos civis para essa população, o Conselho Estadual de Educação (CEE/AM), a partir da resolução nº 33/2013, aprovada no dia 9 de abril de 2013, determina também às unidades que compõem a rede estadual de ensino a inclusão do nome social nos registros escolares internos.

O Conselho Universitário da Universidade Estadual do Amazonas (UEA) também aprovou, em dezembro do ano passado, a regulamentação do uso do nome social em sua rotina acadêmica, acatando proposta submetida pelo Diretório Central de Estudantes (DCE), em abril de 2014.

Enquanto o debate sobre o assunto começa na Ufam, Diana pretende terminar o curso de Filosofia e seguir a pós-graduação na área das Artes, mas não sem antes lutar por uma conquista que não é somente do pensamento filosófico e humanista, mas de boa parte das sociedades contemporâneas em que a igualdade se pauta pelo respeito às diferenças.

Solidariedade

Iniciativas apostam em aplicativos para incentivar 'carona' no Campus Universitário

Fotos: Anderson Vasconcelos

Reservar através de grupos específicos no WhatsApp um espaço no carro para os amigos que moram próximo de sua casa e que dependem do transporte público para ir à Universidade Federal do Amazonas (Ufam) foi a forma encontrada pelo estudante de Relações Públicas da instituição Samarony Batista para retribuir as caronas que recebia dos colegas, nos dias em que o ônibus insistia em atrasar. “Antes de ter carro era comum, nos dias em que o ônibus não passava, pedir carona dos amigos que moravam próximos a minha residência. Por isso, depois que eu comprei o meu automóvel percebi que precisava ajudar as pessoas”, conta.

Batizado de ‘Carona Solidária’ e ativo desde o ano passado, o projeto, segundo Samarony, possui quatro subgrupos, com média de 16 membros em cada um deles. Com um administrador por localidade, a ferramenta cobre atualmente bairros nas zonas sul (Betânia), norte (Cidade Nova) e oeste (São Raimundo e Glória).

Divulgado a partir deste ano também pelo Facebook, o ‘Carona Solidária’, conforme Batista, desperta o interesse tanto de pessoas dispostas a dividir o carro com alguém, quanto o de universitários interessados em abdicar do trajeto a bordo do coletivo. “Divulguei através do Spotted Ufam que eu estava reunindo um grupo através do WhatsApp para viabilizar essa carona solidária e tanta gente se interessou que eu acabei não dando conta de ad-

ministrar tudo sozinho. Por isso, há grupos em diferentes bairros”, explica Samarony.

Com dinâmica semelhante a qualquer grupo criado no WhatsApp, o ‘Carona Solidária’ viabiliza o encontro entre pessoas que querem dividir o uso do automóvel, a partir da troca de mensagens pelo aplicativo para o ajuste de horários e pontos de embarque entre os membros. Destinado à inclusão de todas as pessoas abertas à ideia, Samarony explica que, por questão de segurança, sempre busca saber quem são as pessoas que ingressam no grupo que administra, assim como ressalta a filosofia da ferramenta, para passar segurança a quem transporta.

Criado com o objetivo de reduzir o número de carros que circulam no Campus com lotação mínima, assim como incentivar que amigos do mesmo bairro deixem os carros na garagem e adotem o esquema de rodízio, o ‘Carona Solidária’, de acordo com o estudante, é uma forma também dos passageiros economizarem “o valor absurdo da passagem”, atualmente incompatível com a qualidade do serviço prestado. “Estamos cada vez mais decepcionados com o sistema, por isso, quanto mais pessoas conseguirem uma carona, menor será o número de usuários no transporte coletivo lotado”, afirma.

Iniciado sem informações prévias referentes ao número de alunos com matrícula ativa e local de residência, o projeto, segundo



Samarony criou subgrupos no Whatsapp e se surpreendeu com a demanda

Batista, tem como próximo passo buscar a parceria com a instituição para que, a partir dos dados dos discentes, rotas possam ser traçadas e estudos de impacto social e ambiental do ‘Carona Solidária’ e de outras plataformas com a mesma finalidade, sejam viabilizados na Ufam.

Incentivada em países como Canadá e Estados Unidos, a carona solidária resultou em projetos bem sucedidos também na Universidade de Campinas (Unicamp), com o ‘Unicarona’, e na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com o ‘Carona Solidária’.

‘Vamo Junto’

Em desenvolvimento desde janeiro deste ano e com lançamento previsto para abril, outra ferramenta que promete intensificar a oferta de caronas dentro da Ufam é o aplicativo ‘Vamo Junto’, idealizado pelo egresso da turma de 2011 do curso de Ciências da Computação, Andrew Pacifico.

Voltado não só aos estudantes que utilizam o transporte público como também aos que possuem carro, mas que estão dispostos a adotar o esquema de rodízio em parceria com os colegas, o aplicativo pensado inicialmente para Android, segundo Andrew, tem a Ufam como público-alvo por uma questão de estratégia de marketing e pela familiaridade do idealizador com a realidade dos alunos em termos de mobilidade dentro do Campus.

“A ideia é fazer um ambiente fechado para dar uma maior confiabilidade aos usuários e ninguém ficar pegando carona com desconhecidos”, afirma.

Morador do bairro Cidade Nova, zona norte de Manaus, Andrew afirma que durante os cinco anos que estudou na Ufam dependeu da linha 352 e sofreu na pele as longas filas para conseguir adentrar no coletivo. “Às vezes formavam até três filas paralelas na porta do ônibus. Enfrentei o engarrafamento que

começava na Avenida Grande Circular e seguia até a faculdade. Para não chegar atrasado precisava sair às 6h da manhã”, relembra.

Para saber o nível de adesão do público ao esquema de carona solidária, Andrew conta que utilizou as mídias sociais virtuais e um anúncio no site www.vamojunto.co. O resultado: em menos de uma semana, a página recebeu mais de 400 curtidas e mais de 100 e-mails através do site. Até o momento a página tem pouco mais de 1.300 curtuições no Facebook.

O idealizador afirma que a meta é lançar uma versão básica do aplicativo ainda no primeiro período letivo de 2015. Com ponto de partida ou de chegada restrito a Ufam, os usuários do aplicativo, de acordo com Andrew, poderão se cadastrar e informar o percurso de viagem e através do chat no aplicativo combinar o local de embarque e até uma ajuda de custo para o combustível.



Andrew deve lançar o aplicativo ainda no primeiro semestre letivo de 2015

Imprudência

Praticamente um acidente de trânsito por semana na Ufam em 2014

Pelo segundo ano consecutivo, o número de acidentes de trânsito aumentou no Campus Universitário da Ufam. De janeiro a dezembro de 2014 foram registradas 43 ocorrências, entre batidas leves até acidentes mais graves, praticamente um acidente por semana. Os dados são da Divisão de Segurança, unidade vinculada à Prefeitura do Campus Universitário e que desde 2011 monitora as ocorrências na sede da instituição.

A quantidade de acidentes registrada ano passado cresceu 34% em relação ao mesmo período de 2013, quando ocorreram 32 acidentes. O número é também seis vezes maior que o total de registro de ocorrências de 2012. O que está por trás desses números? Quais fatores poderiam explicar esse problema? Enquanto busca respostas e tenta entender os motivos que levam a essa estatística negativa, o diretor da Divisão de Segurança, Américo Siqueira, faz o alerta: “Esse é



Foto: Divulgação

Casos chamam a atenção para a necessidade de adoção de medidas

um dado preocupante porque nós estamos na iminência de uma tragédia com vítimas fa-

tais na estrada do Campus”. Servidor da instituição há quase 30 anos, Siqueira res-

salta que em três décadas de trabalho na instituição só vê a imprudência aumentar. “É comum os condutores passarem na pista numa faixa de 80 km por hora, o dobro da velocidade permitida”, lamenta o diretor. Para ele, esse é um dos fatores responsáveis pela alta na quantidade de acidentes. “Muitas pessoas não se conscientizam do perigo que oferecem para a comunidade em geral e também para a fauna, quando dirigem sem cautela”, disse.

34ª Edição

Congresso do ANDES-SN prioriza em 2015 a organização docente para a defesa de direitos

Num ano em que o governo alardeou tornar a educação a “prioridade das prioridades”, os professores das universidades públicas brasileiras apontam a unidade dos trabalhadores na luta por direitos como a palavra de ordem do ‘calendário’ deste ano. O movimento pretende evidenciar a necessidade de mais investimentos na educação pública e de qualidade e na valorização da carreira docente no país. Deliberada durante o 34º Congresso do ANDES-SN, realizado de 23 a 28 de fevereiro, em Brasília, e após cinco horas de debate, a centralidade da luta para 2015 será: “avançar na organização dos docentes e na unidade com movimentos e entidades classistas nacionais e internacionais para enfrentar a mercantilização da educação, e intensificar a luta pela valorização do magistério, combatendo as políticas neoliberais e defender intransigentemente os direitos dos trabalhadores”.

Para o presidente da ADUA, José Alcimar de Oliveira, a edição deste ano, que trouxe como tema “Manutenção e Ampliação dos direitos dos trabalhadores: avançar na organização dos docentes e enfrentar a mercantilização da educação”, contribuiu para “fortalecer a convicção de que não há saída fora da luta política unitária, classista, arraigada na práxis, sob pena de perdemos o que duramente conquistamos. A alternativa é lutar ou lutar!”

Principal instância deliberativa do Sindicato Nacional, o Congresso contou com aproximadamente 500 docentes - entre delegados, observadores e convidados - representando Seções Sindicais de todo o país. Foram seis dias de esforço concentrado na discussão e na deliberação dos planos de lutas para este ano, com atividades voltadas aos setores das Instituições Federais de Ensino (Ifes), Estaduais/Municipais (Iees/Imes) e Particulares de Ensino Superior (Ipes).

Na mesa de abertura do Congresso o presidente do Sindicato Nacional, Paulo

“**Avançar na organização dos docentes e na unidade com movimentos e entidades classistas nacionais e internacionais para enfrentar a mercantilização da educação.**”

Rizzo, afirmou que o momento político atual é crítico, de retirada de direitos dos trabalhadores, e que isso gerou grande expectativa para o Congresso. “Essa perspectiva aparece nas falas das entidades, nas delegações, e revela a expectativa que esse Congresso é extremamente

Outras deliberações: -Realização do IV Seminário de Estado;

-Criação de comitês estaduais e/ou regionais para a realização de preparatórios para o II ENE;

-Luta contra Ebserh e Funresp.

importante. É o momento em que o sindicato precisa dar respostas e armar categoria para a luta”, ressaltou.

Rizzo ressaltou ainda que além dos ataques aos direitos dos trabalhadores, o governo vem mercantilizando a Educação. “A ‘Pátria Educadora’ está de acordo com os objetivos da lucratividade do capital. O sentido da ‘Pátria Educadora’



é o que foi consagrado no Plano Nacional de Educação (PNE), com repasses de recursos públicos para empresas privadas e cortes de verbas na educação pública”, criticou o presidente do ANDES-SN. Para Rizzo, a melhor forma de enfrentar todos esses ataques é avançar na organização da luta.

Por isso, a agenda de atividades convoca a categoria à mobilização e luta permanente pela defesa do caráter público da educação e a garantia da função social das Ifes. Além da defesa do projeto de carreira única do ANDES-SN para o magistério federal, condições de trabalho e salário, assim como a luta contra a reforma da previdência e pela revogação das medidas provisórias 664 e 665, anunciadas pelo governo federal no final de 2014 e que tratam das novas regras do seguro-desemprego e do abono salarial.

O plano de lutas específico do setor das Ifes prevê ainda a realização de rodadas de assembleias para discutir e deliberar sobre a construção da greve nas Ifes. Ações de divulgação, um dia nacional de paralisação e a definição de estratégias de luta e negociação também estão entre as atividades previstas na agenda, cujas ações já tiveram início.

Programação

A primeira delas ocorreu no último dia 5 de março com a protocolização da pauta dos docentes das Ifes no Ministério da Educação, com cópia para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e solicitação

de audiência com o ministro da educação, Cid Gomes, à época.

Agendada para o dia 10 de março, a reunião com o ANDES-SN acabou sendo cancelada pelo ministro, internado no mesmo dia com problemas de saúde. Os diretores do Sindicato Nacional foram recebidos pelo Secretário Executivo do Ministério da Educação (MEC), Luiz Cláudio

Costa e reafirmaram a intenção em retomar as negociações sobre a reestruturação da carreira docente, com base no documento firmado com o MEC, em abril de 2014, e também abrir negociações efetivas em torno da pauta de reivindicações do ANDES-SN.

Dando continuidade ao calendário de lutas, representantes de diversos sindicatos, partidos e movimentos sociais e estudantis participaram do Ato Nacional contra a Privatização do Sistema Único de Saúde (SUS) e contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), na Praça da Cruz Vermelha, centro do Rio de Janeiro.

De 16 a 25 de março, algumas seções sindicais realizaram rodadas de assembleias gerais para a discussão e mobilização da categoria, atualização da pauta local e definição das estratégias de luta e negociação; assim como a discussão e deliberação sobre a construção da greve nas Ifes, tema proposto pelo Setor das Federais. No caso específico da ADUA, a AG não ocorreu em virtude do calendário diferenciado da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) em relação às outras instituições federais. Nesse período se deu o recesso acadêmico.

Políticas Sociais

Após intensos debates no Congresso, os participantes do evento aprovaram na Plenária de Políticas Sociais, a luta por creches, com funcionamento em tempo integral, públicas e gratuitas e com financiamento público estatal; e o posicionamento do Sindicato Nacional pela descriminalização do aborto.

No que tange às políticas educacionais, sinalizou-se positivamente à realização de um Seminário Nacional para aprofundamento do debate sobre a precarização causada pela política de Educação à Distância (EAD); à continuidade das denúncias realizadas pelo ANDES-SN a cerca da crescente mercantilização da educação, intensificação e precarização do trabalho docente; assim como, à resignificação do caráter público da educação, presentes no PNE.





Manifestação marca lançamento da Campanha Salarial

No dia 25 de fevereiro, mais de 500 servidores realizaram uma manifestação em frente ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), em Brasília, como marco do lançamento da Campanha Salarial Unificada dos Servidores Públicos Federais (SPF). A atividade, convocada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos SPF, foi incorporada à programação do 34º Congresso do ANDES-SN e fomentou a apresentação da pauta do movimento.

Durante o ato, o presidente do ANDES-SN Paulo Rizzo falou sobre a crise econômica e como ela pode recair nos ombros dos trabalhadores. O presidente ressaltou ainda a importância da organização e unificação das lutas. “Estamos aqui reafirmando a nossa disposição de luta com o conjunto dos SPF e de busca da unidade da classe trabalhadora para enfrentar

os ataques e a perda dos nossos direitos. A crise se aprofunda e várias conquistas históricas da classe trabalhadora estão sendo retiradas. Será um ano de grandes enfrentamentos e precisamos estar preparados. Os servidores públicos não aceitam e não vão pagar o ônus da crise econômica”, disse Rizzo.

Várias das falas dos representantes das demais entidades que compõem o Fórum dos SPF lembraram a enorme contradição entre a recusa do governo federal em negociar com os servidores federais, ao mesmo tempo em que reajusta os salários dos mais altos cargos do poder público e mantém a destinação de quase metade do orçamento para a dívida pública. Os recentes cortes no orçamento, que atingem diretamente a qualidade do serviço público nas diversas áreas, também foram citados nas intervenções. A ter-

ceirização do trabalho no país foi outro ponto criticado pelos presentes.

Trabalhadores do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), que estão sem receber há três meses, também participaram do ato.

Representantes do SPF, que organiza a Campanha Salarial Unificada, tentaram ser recebidos pelo ministro Nelson Barbosa, sem sucesso. A polícia fechou o acesso ao interior do prédio e após um apito na porta do ministério, os trabalhadores protocolaram a pauta de reivindicações que entre seus 20 itens contempla: reajuste linear de 27,3%; política salarial permanente, com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias; data-base em 1º de maio; direito de negociação coletiva, conforme previsto na Convenção 151 (da Organização Internacional do Trabalho); e paridade salarial entre ativos e aposentados.

Curitiba sediará o 35º Congresso do ANDES-SN

A cidade de Curitiba (PR) foi escolhida por aclamação como sede do 35º Congresso do ANDES-SN durante a Plenária do Tema 4 – Questões Organizacionais e Financeiras desta edição do evento. O 35º Congresso ocorrerá em 2016 e será organizado pela Seção Sindical dos Docentes da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Sindutf-PR – Seção Sindical do ANDES-SN).

A seção sindical apontou a situação política de ataques à educação pública no Estado do Paraná, a experiência de multicampia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a organização do Conad de 2009 na cidade e a presença de três universidades federais no estado como justificativa da candidatura para sediar o Congresso.

Maurini de Souza, da Sindutf-PR SSind, afirmou que a seção sindical considera o momento propício para sediar o congresso por conta da sua consolidação na base da categoria, e também para mostrar aos docentes que o Paraná, Estado considerado por ela extremamente conservador, também é palco de lutas sociais.

“Estamos vivendo uma greve muito importante do funcionalismo público estadual, contra as medidas neoliberais do governo do PSDB. Sabemos que esse momento pode mudar, mas consideramos que o início de 2016 será um ótimo momento para reafirmarmos, no Paraná, a defesa da educação pública”, afirmou a docente.

Essa não será a primeira vez que a instância máxima de deliberação do Sindicato Nacional acontece na capital do Paraná. O último Congresso na cidade foi o 24º, em 2005, organizado pela Associação de Professores da Universidade Federal do Paraná (Apuf-pr – Seção Sindical do ANDES-SN).

Plano de lutas das lees/lmes inclui financiamento e autonomia

Debatido amplamente no 34º Congresso do ANDES-SN, o Plano de Lutas do Setor das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (lees/lmes) contempla nas resoluções aprovadas debates sobre financiamento, federalização, democracia, autonomia, entre outros.

Em âmbito geral, a decisão da categoria foi por construir e/ou fortalecer os fóruns dos três segmentos acadêmicos (docentes, técnico-administrativos e estudantes), com o objetivo de intensificar a luta nas instituições estaduais e municipais. Também com este propósito foram aprovadas durante o evento, a realização do XIII Encontro do Setor das lees/lmes, que terá como tema “Expansão, multicampia e precarização” e do Seminário Nacional sobre Federalização e Financiamento das lees/lmes. Os even-

tos devem ocorrer no segundo semestre deste ano.

No âmbito específico sobre financiamento, houve a deliberação pela realização de um levantamento, nos planos estaduais e municipais, sobre a situação orçamentária das lees/lmes. A defesa da realização de processos estatuintes democráticos, da eleição direta para os cargos dirigentes das instituições e da autonomia nelas e nas relações com os respectivos governos estiveram entre as definições relativas à democracia e autonomia.

Particulares

Quanto ao setor das Instituições Particulares de Ensino Superior (Ipes) os participantes sinalizaram positivamente à escolha das secretarias regionais do

ANDES-SN como responsáveis pela organização de reuniões voltadas a debater as condições de trabalho docente nessas instituições.

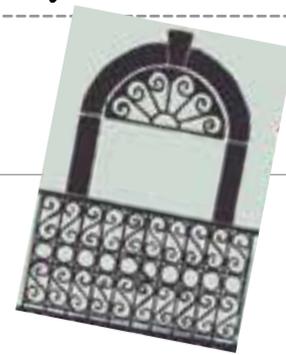
Ditadura

Dando continuidade as discussões ocorridas no ano passado, durante os Seminários Regionais realizados em Belém, Fortaleza e Rio de Janeiro, foi aprovada a realização do Seminário Nacional da Comissão da Verdade do ANDES-SN. O evento foi agendado para ocorrer em Porto Alegre, nos dias 31 de março e 1º de abril.

Buscando contribuir para o 2º Congresso da CSP Conlutas, o ANDES-SN realiza ainda, nos dias 2 e 3 de maio, um Conad Extraordinário. O evento ocorrerá em Brasília.



■ Síntese



CARTA DE BRASÍLIA

Reunidos em Brasília, durante o período de 23 a 28 de fevereiro de 2015, 340 delegados, 62 observadores das seções sindicais do ANDES-SN e sete convidados, docentes de instituições de ensino de todo o país, afirmaram, como centralidade da luta para o ano de 2015, “avançar na organização dos docentes e na unidade com os movimentos e entidades classistas nacionais e internacionais, para enfrentar a mercantilização da educação, combater as políticas neoliberais e defender intransigentemente os direitos dos trabalhadores”.

Vinte anos depois do 14º Congresso que, em 1995, aconteceu nesta mesma cidade, no contexto do ajuste neoliberal que respondia a imperativos da crise do capital e impunha as privatizações, a contrarreforma do Estado, a desregulação dos mercados e duros ataques aos direitos e às organizações dos trabalhadores, a exemplo da criminosa ação estatal contra a greve dos petroleiros. O movimento sindical e social contrapôs frontalmente o projeto neoliberal por meio da articulação de amplo leque de forças políticas.

Hoje, o 34º Congresso se realiza numa conjuntura em que os ajustes neoliberais continuam num novo patamar, e os ataques aos direitos dos trabalhadores como resposta à crise em curso se aprofundam. Isso exige dos trabalhadores ações políticas que estejam à altura. Nesse sentido, reafirmamos como necessárias a unidade dos docentes das Instituições de Ensino e a articulação com os demais trabalhadores, com foco na manutenção e na ampliação de nossos direitos, intensificando a participação na nossa central – a CSP Conlutas – no sentido de enraizá-la, por meio, inclusive, do debate político interno da categoria, e de consolidá-la como polo aglutinador das lutas, nacionalmente e nos estados, na construção de unidade de ação. Como parte do processo de fortalecimento e de enraizamento da CSP Conlutas, o 34º Congresso aprovou a realização do 7º CONAD Extraordinário, o qual terá como tema “Contribuições do ANDES-SN para o 2º Congresso da CSP Conlutas”, e o estímulo às seções sindicais a realizarem discussão e balanço sobre a central para serem debatidas no 7º CONAD extraordinário.

Um conjunto de outras ações foi aprovado no Plano Geral de Lutas a fim de nos armarmos para a defesa da manutenção e da ampliação dos direitos dos trabalhadores. O enfrentamento da crescente mercantilização da educação expresso no PNE (2014-2024) e nas medidas governamentais implementadas, com destaque para a resignificação do caráter público da educação, demanda a construção e a consolidação da unidade nas lutas, dos comitês estaduais em defesa da escola pública, e a realização de Seminários preparatórios do II Encontro Nacional de Educação, aprovados no 34º Congresso, bem como a realização do IV Seminário Estado e Educação com o tema “Contrarreforma do Estado e seus impactos na Educação Pública”. Outros seminários que permitirão o aprofundamento do debate sobre aspectos da contrarreforma, como a privatização e a terceirização, a precarização e a intensificação do trabalho, foram aprovados para serem realizados ao longo no ano de 2015.

Em um ano de aprofundamento das políticas de ajuste, já expresso nos cortes orçamentários, que implicam na retirada de direitos dos trabalhadores, nos apropriarmos dos dados referentes ao financiamento das Instituições de Ensino públicas, com base em realização de estudos, conforme aprovado, torna-se ferramenta fundamental para o embate de projetos. A captura do fundo público e a privatização também impactam as políticas de Ciência e Tecnologia, incidindo de forma negativa no trabalho docente, nas Instituições de Ensino, hoje objeto de intenso ataque à sua autonomia. Nossa luta passa necessariamente pelo enfrentamento das políticas produtivistas das agências de fomento à pesquisa e à pós-graduação.

No campo da seguridade social, as deliberações apontam para continuidade e intensificação da luta em defesa da previdência pública e do direito à aposentadoria integral, pela revogação da reforma da previdência e sua expressão em nível federal – Funpresp – estadual e municipal. As recentes Medidas Provisórias 664 e 665 foram objeto de debate e de resolução pela sua revogação e/ou retirada – luta imprescindível que deve ser feita em conjunto com os demais trabalhadores. Foram reiteradas as resoluções contra a privatização dos hospitais universitários e demais hospitais públicos, com destaque para a luta contra a Ebserh, agora incorporando o enfrentamento da ampliação de sua atuação em âmbito federal e nos estados. As ações aprovadas em defesa dos direitos das mulheres, étnico-raciais e LGBT incluem o combate a quaisquer formas de preconceito, de violência e de criminalização desses segmentos sociais e a luta pela manutenção de direitos já conquistados, bem como sua ampliação. Sob a perspectiva classista, devemos, segundo as resoluções aprovadas no 34º Congresso, avançar na luta por direitos que incluem os direitos reprodutivos, nos posicionando a favor da descriminalização do aborto. Nessa mesma linha, o 34º Congresso posicionou-se pela descriminalização das drogas e contra a criminalização e o extermínio da população pobre e negra, presente em políticas governamentais, que buscam se legitimar pelo discurso de combate ao uso de drogas e ao tráfico.

Na atual conjuntura, torna-se central a defesa da laicidade do estado brasileiro por meio de debates nas instituições de ensino, com destaque no impacto das relações existentes entre professores, técnico-administrativos e estudantes.

Vale ressaltar que num período em que recrudescem as iniciativas de cunho reacionário no poder legislativo, seja na forma de desarquivamento ou de apresentação de novas proposições, combater tais iniciativas no campo legislativo, em articulação com os movimentos sociais, que empalmam essas bandeiras de luta, é fundamental.

Os impactos da sociabilidade do capital se expressam de forma crítica no campo e na cidade, demandando ações conjuntas com os demais movimentos sociais e com os sindicatos que denunciem a crise ecológica, climática e hídrica e que contribuam para um projeto de cidade e de campo que atenda aos interesses dos trabalhadores do campo e da cidade, incluindo os povos originários.

A expressão da centralidade da luta que o 34º Congresso aprovou nos planos de lutas dos três setores – federais, estaduais e particulares – deve estar articulada sempre, pois a contrarreforma em curso e os ataques aos direitos dos trabalhadores se expressam em todas as instituições de ensino. Os eixos centrais da luta dos docentes das instituições federais de ensino para 2015 são a defesa do caráter público da educação e a garantia da função social das Instituições Federais de Ensino em prol da classe trabalhadora; projeto de carreira única do ANDES-SN para o magistério federal, condições de trabalho, salário e luta contra a reforma da previdência (revogando as MPs 664 e 665/2014). No setor das federais, é necessária a mediação entre nossa pauta específica e a pauta unitária da campanha salarial dos Servidores Públicos Federais para 2015, que é fruto de um exitoso processo de retomada da unidade com os servidores públicos e que será de fundamental importância para o combate das políticas neoliberais e para a defesa intransigente do direito dos trabalhadores.

O 34º aprovou rodada de assembleias das seções sindicais do setor das federais para discutir a construção da greve, que será pautada em reunião do setor das Ifes nos dias 28 e 29 de março.

No setor das instituições estaduais e municipais de ensino superior, o plano de lutas aprovado contempla a defesa da unidade das lutas dos três segmentos (professores, estudantes e servidores técnicos e administrativos) como forma de intervir nas políticas de educação superior com destaque ao financiamento, à democratização da gestão, à carreira e às condições de trabalho docente.

Foi aprovada a elaboração de Caderno Especial do ANDES-SN, fruto do acúmulo dos debates ocorridos nos Seminários da Comissão da Verdade, como instrumento mobilizador da luta pela revisão da Lei da Anistia e pela responsabilização dos autores de atos criminosos praticados pelos órgãos de repressão no período da ditadura empresarial-militar. A continuidade das ações incluirá a consolidação da Comissão da Verdade do ANDES-SN, nas Instituições de Ensino, e a realização de estudos e de pesquisas de situações de regimentos das Instituições de Ensino que impliquem em continuidade do entulho autoritário.

O 34º Congresso também foi marcado pelo debate sobre estrutura organizativa do ANDES-SN, fruto do acúmulo das discussões na base da categoria, e reafirmou a concepção de organização sindical por local de trabalho e de caráter nacional. O debate dos desafios organizativos do ANDES-SN prosseguirá a partir da realização de seminários regionais.

As lutas que travaremos em 2015, num contexto de crescente criminalização dos movimentos e de ataques à autonomia e à liberdade de organização sindical, colocam como central a defesa da liberdade de organização sindical, do direito irrestrito de greve e do direito dos professores de se organizarem e de se fazerem representar no ANDES-SN.

Brasília, 28 de fevereiro de 2015

“Há uma preocupante erosão do espaço democrático na América Latina”, diz assessor da Anistia Internacional

A organização de direitos humanos Anistia Internacional lançou, em março deste ano, um relatório que aponta que, em 2014, a América Latina sentiu, profundamente, um aumento da insegurança e conflitos com a

violência. Para interpretar esse contexto, a Adital entrevistou, com exclusividade, o cientista político e assessor de Direitos Humanos da Anistia Internacional Brasil, Maurício Santoro. Ele explica que pontos comuns entre as nações do continen-

te — como a segurança pública militarizada, as instituições policiais marcadas pela falta de transparência, impunidade e repressão seletiva a minorias — são algumas razões para a construção desse cenário. Confira!

Assessor:
Maurício Santoro

Formação: Doutor e mestre em Ciência Política pelo IUPERJ. Graduado em Jornalismo pela UFRJ.

Que causas podemos observar nesse contexto de uso multilateral da violência e da falta de segurança na região?

Há várias razões, com pesos diferentes para cada país, mas um dos pontos comuns é um modelo de segurança pública militarizado, baseado no enfoque da “guerra às drogas”, com consequências muito negativas para os direitos humanos. As polícias latino-americanas são, em geral, instituições marcadas pela falta de transparência, impunidade e por diversos episódios com a população mais pobre, sobretudo as de origem negra ou indígena. A região também se destaca por um alto número de homicídios, dos quais poucos são investigados a fundo, com a punição dos responsáveis. Outro problema conjunto é um quadro de perseguição e violência contra ativistas de direitos humanos, em particular aqueles cuja militância se dá em situações de conflitos por recursos naturais — terra, mineração — ou da proteção de minorias étnicas e sexuais.

O Estado é apontado como repressor das iniciativas populares. A democracia vem sofrendo com Estados truculentos na região?

Há uma preocupante erosão do espaço democrático na América Latina, impulsionada pela repressão dos Estados a protestos e com tentativas de criminalizar movimentos sociais e ativistas de direitos humanos.

Além desse papel do Estado, como ele colabora para a projeção e manutenção de um contexto de insegurança e violência?

As políticas de segurança pública na região, com frequência, pioram a situação dos direitos humanos, com a persistência de prisões arbitrárias, torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados, cometidos por policiais e militares, em contexto de grande impunidade. A abordagem de guerra às drogas leva a violações contra setores mais pobres e discriminados da população, tratados como suspeitos pelas autoridades, como ocorre com moradores de favelas e bairros de periferia.

Para não cairmos na generalização da América Latina, podemos apontar onde essas circunstâncias podem ser mais observadas?

A Anistia Internacional não elabora rankings de direitos humanos, sobre quais países estão, supostamente, melhores ou piores na comparação uns com os outros. Preferimos trabalhar com casos individuais expressivos. Nesse sentido, podemos apontar exemplos ilustrativos dos dramas de direitos humanos na América Latina: o desaparecimento dos 43 estudantes na cidade de Iguala, no México; a persistência do longo conflito armado na Colômbia, com seus terríveis impactos para a população civil; diversas chacinas (Complexo da Maré [Rio de Janeiro], Belém do Pará, Cabula [Salvador, Bahia]) no Brasil; a perseguição a líderes da oposição na Venezuela; as consequências da proibição total do aborto em El Salvador e Nicarágua.



As polícias latino-americanas são, em geral, instituições marcadas pela falta de transparência, impunidade e por diversos episódios com a população mais pobre, sobretudo as de origem negra ou indígena.



Ainda assim, podemos dizer que os movimentos sociais em defesa dos direitos humanos estão mais organizados?

Na comparação com o período autoritário, impressiona o nível de desenvolvimento e sofisticação dos movimentos por direitos humanos na América Latina; em grande medida, uma conquista recente, desde a redemocratização da região iniciada em meados da década de 1980.

A população da região está mais nas ruas?

Sim. Nos últimos anos, vimos grandes manifestações em países como Argentina, Brasil, México e Venezuela, entre outros. Infelizmente, com frequência, esses protestos têm sido reprimidos de maneira brutal pelas forças de segurança, numa perigosa erosão das liberdades democráticas.

A discussão sobre a defesa dos direitos humanos está mais presente tanto nas instituições públicas quanto na sociedade civil?

Em grande medida. Muitos países da

América Latina, hoje, têm Constituições que dão grande espaço para direitos humanos, as leis sobre o tema foram aprimoradas e instituições oficiais criadas para lidarem com algumas das demandas com respeito aos direitos. Contudo, há diversos pontos que permanecem muito frágeis, como a legislação sobre direitos sexuais e reprodutivos — o tratamento do aborto, homofobia etc. Em muitas nações da região, os crimes das ditaduras seguem impunes. Alguns líderes políticos incitam a população contra direitos humanos, instigam discriminação contra minorias e tentam passar leis que cerceiam os DH.

Quais direitos humanos são mais violados na região? Podemos apontar o contexto político-econômico que provoca essas violações?

Em nosso relatório, listamos uma série de casos de violações de direitos humanos na América Latina, tais como situações de violência policial, repressões a protestos, criminalização do aborto, perseguições a defensores de DH, restrições à liberdade de expressão, discriminação contra negros e indígenas, agressões a ativistas LGBT [Lésbicas Gays, Bissexuais e Transexuais]. Essas violências foram mantidas mesmo no contexto do expressivo crescimento econômico e redução de pobreza na região, ao longo dos últimos anos.

Movimentos sociais, defensoras e defensores dos direitos humanos e comunicadores são alvos frequentes da repressão institucional, seja do Estado, seja da iniciativa privada. Esse contexto ainda é silenciado para o restante da população?

Há muitas tentativas de calar os defensores de direitos humanos na América Latina ou cercear sua ação junto à sociedade. Esses ataques vão desde condenações ao seu trabalho em declarações de autoridades (pretendendo, assim, deslegitimá-los perante a opinião pública) até atos de intimidação, ameaças e violências. Crimes contra eles raramente são investigados e punidos.

Como os movimentos sociais em defesa dos direitos humanos devem se portar diante de tais circunstâncias?

Nosso trabalho é no sentido de cobrar o respeito pelos direitos humanos por parte do Estado. Acreditamos que cada movimento social deve optar pelos caminhos que julgarem melhores.



Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 01/12/2014 a 31/12/2014

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	INGRESSOS	68.275,26	68.787,61	100,00%
1.1	RECEITAS	68.275,26	68.787,61	100,00%
1.1.1	Contribuição dos Associados	66.669,90	66.814,70	97,13%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	1.557,96	1.916,11	2,79%
1.1.3	Receitas com Reprografia	47,40	56,80	0,08%
2	SAÍDAS	44.927,93	65.520,95	97,72%
2.1	PESSOAL	15.165,34	13.693,43	18,62%
2.1.1	Salários	3.835,30	9.989,43	15,25%
2.1.2	Ajuda de Custos/Abono Natalino	-	1.492,00	
2.1.3	13o Salários	10.187,17	-	0,00%
2.1.4	Vale Transportes/Alimentação	1.142,87	2.212,00	3,38%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	-	11.778,76	17,98%
2.2.1	Contribuição INSS	-	8.988,14	13,72%
2.2.2	Contribuição FGTS	-	2.062,96	3,15%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	-	257,87	0,39%
2.2.4	IRRF s/Férias e Salários	-	469,79	0,72%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	3.536,00	2.996,00	4,57%
2.3.1	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	1.186,00	1.186,00	1,81%
2.3.2	Serviços de Assessoria Jurídica	1.500,00	-	0,00%
2.3.3	Serviços de Confecção/Faixas/Cartazes	-	210,00	0,32%
2.3.4	Serviços de Diagramação de Material Impresso	-	800,00	1,22%
2.3.5	Serviços de Limpeza/Manutenção	850,00	800,00	1,22%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	4.748,00	14.010,66	21,38%
2.4.1	Serviços Graficos	3.300,00	3.300,00	5,04%
2.4.2	Serviços de Assessoria Juridica - PJ	-	8.000,00	12,21%
2.4.3	Serviços de Confecção/Faixas/Cartazes	-	630,00	0,96%
2.4.4	Serviços de Manutenção de Home Page	-	504,66	0,77%
2.4.5	Serviços Contábeis	1.448,00	1.576,00	2,41%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	15.582,77	15.616,87	23,83%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	13.234,72	13.263,68	20,24%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	230,50	231,00	0,35%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	529,39	530,55	0,81%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.588,16	1.591,64	2,43%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	4.015,00	5.395,85	8,24%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	2.917,00	5.395,85	8,24%
2.6.2	Despesas com Hospedagens	1.098,00	-	0,00%
2.8	BENS DE CONSUMO	836,14	2.018,88	3,08%
2.8.1	Telefone	330,69	348,93	0,53%
2.8.2	Taxi, Fretes e Onibus	-	10,00	0,02%
2.8.3	Combustível	200,00	250,00	0,38%
2.8.4	Correios/Malotes	-	715,07	1,09%
2.8.5	Materiais Eletricos/Hidraulicos	65,70	24,84	0,04%
2.8.6	Refeições e Lanches (Copa/Cozinha)	114,53	229,02	0,35%
2.8.7	Cartório (Copias e Autenticacões)	-	233,30	0,36%
2.8.8	Assinaturas de Revistas/Jornais	-	40,00	0,06%
2.8.9	Assinatura Provedor/Internet	125,22	167,72	0,26%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	1.044,68	10,50	0,02%
2.10.1	IRRF S/Aplicações	1.023,68	-	0,00%
2.10.2	Despesas Bancarias/Juros e Multa	21,00	10,50	0,02%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		266.984,75	290.332,08	
	RECEITAS	68.275,26	68.787,61	
	DESPEAS	(44.927,93)	(65.520,95)	
RESULTADO OPERACIONAL		290.332,08	293.598,74	
	Banco do Brasil S/A C/C	53.923,15	53.951,24	
	Aplicação Banco do Brasil	233.040,66	234.956,77	
	CAIXA	0,70	3,16	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		286.964,51	288.911,17	

Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 02/01/2015 a 30/01/2015

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	INGRESSOS	68.787,61	68.463,38	100,00%
1.1	RECEITAS	68.787,61	68.463,38	100,00%
1.1.1	Contribuição dos Associados	66.814,70	66.669,90	97,38%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	1.916,11	1.792,38	2,62%
1.1.3	Receitas com Reprografia	56,80	1,10	0,00%
2	SAÍDAS	65.520,95	50.696,38	100,00%
2.1	PESSOAL	13.693,43	12.381,15	24,42%
2.1.1	Salários	9.989,43	10.169,15	20,06%
2.1.2	Ajuda de Custos/Abono Natalino	1.492,00	-	
2.1.3	Vale Transportes/Alimentação	2.212,00	2.212,00	4,36%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	11.778,76	5.633,19	11,11%
2.2.1	Contribuição INSS	8.988,14	4.186,43	8,26%
2.2.2	Contribuição FGTS	2.062,96	956,04	1,89%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	257,87	119,51	0,24%
2.2.4	IRRF s/Férias e Salários	469,79	371,21	0,73%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	2.996,00	1.886,00	3,72%
2.3.1	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	1.186,00	1.086,00	2,14%
2.3.2	Serviços de Confecção/Faixas/Cartazes	210,00	-	0,00%
2.3.3	Serviços de Diagramação de Material Impresso	800,00	-	0,00%
2.3.4	Serviços de Limpeza/Manutenção	800,00	800,00	1,58%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	14.010,66	5.781,62	11,40%
2.4.1	Serviços Graficos	3.300,00	-	0,00%
2.4.2	Serviços de Assessoria Juridica - PJ	8.000,00	4.000,00	7,89%
2.4.3	Serviços de Confecção/Faixas/Cartazes	630,00	-	0,00%
2.4.4	Serviços de Manutenção de Home Page	504,66	221,62	0,44%
2.4.5	Serviços Contábeis	1.576,00	1.560,00	3,08%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	15.616,87	15.582,77	30,74%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	13.263,68	13.234,72	26,11%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	231,00	230,50	0,45%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	530,55	529,39	1,04%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.591,64	1.588,16	3,13%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	5.395,85	8.354,44	16,48%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	5.395,85	727,94	1,44%
2.6.2	Despesas com Hospedagens	-	7.626,50	15,04%
2.8	BENS DE CONSUMO	2.018,88	1.075,11	2,12%
2.8.1	Telefone	348,93	332,14	0,66%
2.8.2	Taxi, Fretes e Onibus	10,00	3,50	0,01%
2.8.3	Combustível	250,00	230,00	0,45%
2.8.4	Correios/Malotes	715,07	-	0,00%
2.8.5	Materiais Eletricos/Hidraulicos	24,84	100,00	0,20%
2.8.6	Refeições e Lanches (Copa/Cozinha)	229,02	166,10	0,33%
2.8.7	Cartório (Copias e Autenticacões)	233,30	8,78	0,02%
2.8.8	Assinaturas de Revistas/Jornais	40,00	-	0,00%
2.8.9	Assinatura Provedor/Internet	167,72	234,59	0,46%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	10,50	2,10	0,00%
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	10,50	2,10	0,00%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		-	3.266,66	
	RECEITAS	68.787,61	68.463,38	
	DESPEAS	(65.520,95)	(50.696,38)	
RESULTADO OPERACIONAL		3.266,66	21.033,66	
	Banco do Brasil S/A C/C	53.923,15	67.781,63	
	Aplicação Banco do Brasil	233.040,66	236.749,15	
	CAIXA	0,70	78,39	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		286.964,51	304.609,17	

■ São Gabriel da Cachoeira

Festival Intercultural do Rio Negro resgata a cultura indígena nas escolas

Foto: Divulgação

Acontece no dia 18 de abril, na Escola Estadual Inez Penha, situada no município de São Gabriel da Cachoeira, à 850 km de Manaus, o Festival Intercultural do Rio Negro. O projeto que tem o apoio da Secretaria de Estado de Cultura, por meio do Programa de Apoio às Artes (ProArte), tem como objetivo estimular a produção artística em sala de aula, resgatando a identidade e cultura indígena nas escolas.

Para atingir a meta, o festival traz uma programação cultural com oficinas, exposição, exibição de filmes e apresentação de grupos de dança e teatro, shows de bandas de música com a temática indígena, além de oficinas de instrumentos indígenas e grafite.

Participarão do evento artistas locais e alunos da rede pú-

blica, jovens de 7 a 25 anos do município e do interior da Calha do Rio Negro. O festival é aberto à comunidade local.

Os filmes a serem exibidos são curtas do “dia da animação”, também premiados e exibidos durante o 10º Amazonas Film Festival e que foram produzidos pelos cineastas Junior Rodrigues, Michelle Moraes, Izis Negreiro, Paulo Rodrigues e Dheik Praia.

O Festival Intercultural do Rio Negro recebe o apoio ainda da Secretaria de Estado de Educação (Seduc), Secretaria Municipal de Educação da cidade (Semec), Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e do Instituto Socioambiental (ISA).

No final do evento haverá a premiação dos trabalhos artísticos produzidos pelos alunos da rede pública.



Vale a pena ver

Título Original: Dois dias, uma noite
Gênero: Drama
País de Origem: França
Ano: 2014

Sandra é operária de uma fábrica, na Bélgica, é casada e tem dois filhos. Vem de uma licença médica por causa de uma depressão, obtida meses antes de começar a sua história neste belo filme dos irmãos Jean-Pierre e Luc Dardenne, o ‘Dois dias, uma noite’. Nele, a cultuada francesa Marion Cotillard é indicada para ganhar um segundo Oscar de Melhor Atriz. Embora sua atuação seja tocante e empolgue, é o roteiro original de Deux jours, une nuit, dos Dardenne, inspirado em um fait divers como eles declararam em entrevista, que chama a atenção. É um roteiro excelente.

Sandra vive e trabalha em um país, a Bélgica, com alto índice de desemprego – cerca de 8%, o dobro dos 4,3% que tivemos no Brasil, ano passado. Isto significa que aqueles que estão empregados pisam em ovos para não serem despedidos - o que pode ocorrer a qualquer momento nesse tempo ‘austero’ que atinge em cheio (apenas) os trabalhadores e a pequena classe média.

Numa sexta-feira como outra qualquer, Sandra é demitida em um processo de ‘flexibilização’ no quadro de funcionários da fábrica. A empresa manipula e usa os seus próprios colegas para votar: ou eles recebem um bônus de mil euros e Sandra vai para a rua ou ela continua no grupo e eles ficam a ver navios. A maioria vota pelo bônus. Mas uma segunda votação é acertada com seu patrão. Mais um acordo indecente. Ele concede que haja uma nova votação na segunda-feira seguinte. Os colegas terão a chance de decidir, definitivamente, se abrem mão do bônus de mil euros oferecido pela empresa e a companheira mantém o emprego.

Sandra passa um fim de semana, dois dias e uma noite de mundo cão. Compungida, vai de porta em porta de suas casas tentan-

do convencer os colegas a mudar o voto e reverter a aflitiva situação. O bem-estar básico da sua família, embora o marido esteja empregado, depende do salário dela. A nova rodada da segunda-feira decidirá o seu destino. A moça faz das tripas coração, engole qualquer resquício de amor próprio e vai à luta procurando manter a dignidade e a calma no meio de imensa tensão.

‘Dois dias, uma noite’ discute a solidariedade individual da classe operária no mundo submetido dos que estão embaixo aos que se encontram no topo; um mundo submetido à ganância do capital internacional e à crueldade das direitas face às necessidades da classe trabalhadora. O filme fala de um mundo no qual o sindicalismo, o estado de bem estar e a social democracia europeia afrouxaram. Na história de Sandra não há sindicato ou instituição de classe que possa ajudá-la. Ela está sozinha.

Em um livro de sua autoria, Au dos de nos images (Atrás das nossas imagens), sobre o cinema que ele e o irmão praticam, Jean-Pierre sugere que “o trabalhador hoje se tornou uma pessoa solitária, membro de uma espécie em extinção.” E pergunta: “Será que seu desaparecimento deixará algum legado? E qual seria ele?”

Uma das questões a ser discutida é esta: a solidariedade ainda existe na classe operária, no plano individual? Ou é uma utopia? No cinema dos Dardenne há uma crença otimista: há uma saída. Mas neste momento a humanidade está rachada e isso aflora em seus também belos filmes anteriores: Rosetta e A Criança, ambos Palma de Ouro em Cannes, e em O Garoto de Bicicleta, de 2011.

Léa Maria Aarão Reis é jornalista e escritora. Leia o texto na íntegra no site da Carta Maior (<http://cartamaior.com.br/>).



Vale a pena ler

Livro: História, Estratégias e Desenvolvimento
Autor: José Luís Fiori
Editores: Boitempo
Valor: R\$ 58,00

“O impulso imperialista foi sempre uma força, uma dimensão essencial e permanente do sistema interestatal europeu. Em suma, o sistema interestatal capitalista, criado pelos europeus, não foi apenas o produto da expansão dos mercados ou do capital; foi uma criação do poder expansivo de alguns estados europeus que conquistaram e colonizaram o mundo, durante os cinco séculos em que lutaram, entre si, pela conquista e monopolização de posições de poder e de acumulação de riqueza”.

América Latina é uma região cuja imaginação social crítica ficou paralisada, passando de um período extremamente rico, durante as décadas de 1950 e 1960 – com as “teorias de dependência”, as análises do “capitalismo monopolista” de Baran e Sweezy, o estruturalismo francês, a escola historicista alemã de economia, a macroeconomia keynesiana e pós-keynesiana e as ideias de intelectuais próprios, como Mariátegui – para um outro período intelectualmente estéril, depois da crise da dívida de 1982 e da queda do Muro de Berlim. Embora isso tenha acontecido na maior parte do mundo, na América Latina, os processos de reafirmação do capital e de declínio do pensamento crítico, foram muito acentuados, enquanto o neoliberalismo – com suas sofisticadas tecnologias de poder e com suas políticas econômicas nada sofisticadas – conquistava a região, inclusive grande parte de sua intelligentsia progressista, tão completamente (e tão ferozmente) quanto a Santa Inquisição conquistou a Espanha – transformando os pensadores críticos numa espécie em extinção.

Nesse contexto, os artigos periódicos de José Luís Fiori, sobre geopolítica e desenvolvimento econômico, constituem uma verdadeira exceção. Neles, Fiori propõe uma discussão renovada sobre o tema e os desafios do desen-

volvimento econômico a partir de uma perspectiva histórica que privilegia o poder como uma dimensão com lógica própria, a lógica determinante da trajetória do “sistema interestatal capitalista”. Aqui, “poder” não é sinônimo de Estado e, por isto, a análise do autor vai muito além do velho debate sobre a relação entre “Estado e mercado” no desenvolvimento capitalista. Na abordagem de Fiori, a questão do poder vem antes e é muito mais ampla e complexa que a do Estado. Por conseguinte, a questão da “acumulação de poder” precede, logicamente, a da “acumulação de capital” e a própria aparição histórica dos Estados. Ao mesmo tempo, Fiori defende a tese de que a formação dos “Estados-economias nacionais” é a marca e o grande motor do “milagre europeu” – onde os Estados nasceram e sempre coexistiram competitivamente, dentro de um sistema interestatal inseparável do capitalismo.

Desse ponto de vista, segue-se que a economia capitalista está ligada de forma inextricável ao processo de acumulação de poder – e ao modo como isso aconteceu na Europa (e apenas na Europa) entre os séculos XII e XVI. Este livro usa a geopolítica (mas não exclusivamente) como chave fundamental para a compreensão do sucesso do desenvolvimento econômico em alguns países, e de sua falência em tantos outros. E considera que a política econômica deve ser considerada como uma variável endógena e dependente da macroestratégia de cada país; e por isto, seu sucesso varia de caso para caso e de tempo histórico para tempo histórico.

Nesse sentido, pode-se afirmar com toda certeza (e felizmente) que este livro é um livro verdadeiramente herético com relação às visões “economicistas” tradicionais do desenvolvimento e da história.

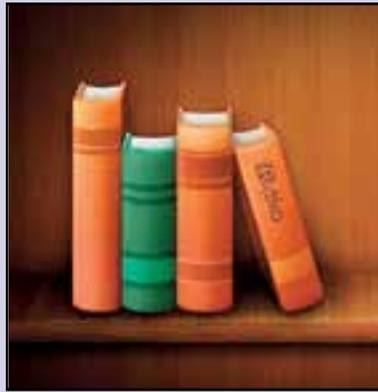
Gabriel Palma é professor da Faculdade de Economia da Universidade de Cambridge. Leia o texto na íntegra no site (<http://www.cartamaior.com.br/>).



Dicas da web

Organize sua 'estante virtual' com app de leitura

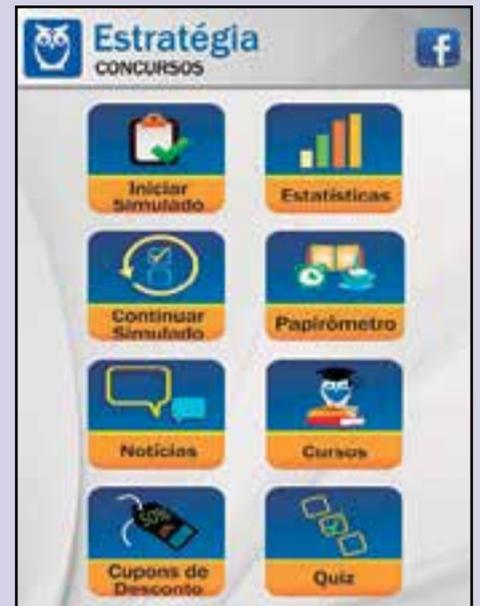
O Aldiko Book Reader é o aplicativo que torna possível transformar seu Android em uma estante de livros, sendo possível visualizar e baixar diversas obras. E o melhor: a maioria dos títulos disponíveis para download é gratuita. No app, o usuário pode montar o seu próprio catálogo e também consegue importar e-books no formato ePud. O usuário ainda pode definir o tipo de fonte, sua cor, a distância das margens e configurar modo noturno. Desenvolvido por fee-



dbooks.com, Aldiko se destaca pela elegante prateleira em madeira como centro de sua interface na qual permitirá acessar a todo tipo de títulos armazenados no dispositivo.

Aplicativo 'turbina' estudo

Conseguir uma aprovação em um concurso público é um projeto que exige dedicação, esforço e muitas horas de estudo por dia. Para turbinar essa preparação, a tecnologia pode ser usada a favor do candidato. Um exemplo é o aplicativo 'Estratégia Concursos' que oferece mais de 30 mil questões em dez disciplinas, como português, raciocínio lógico, direito constitucional, entre outras. Os candidatos podem criar simulados e visualizar as estatísticas de cada prova, acompanhando seus resultados e desempenho. O aplicativo é gratuito.



Comentários

Jose Humberto Michiles -

Companheiros, torço por uma profícua participação no Congresso. A luta vai exigir de nós uma grande mobilização e união. (sobre a participação da delegação da ADUA no 34º Congresso do ANDES-SN).



Josenildo Souza - A indenização não repara os danos que ficam marcados pra sempre na vida do assediado. (sobre Rede de Hospitais condenada em R\$ 500 mil por assédio moral e conduta antissindical)



Maick Soares - Turma, sou presidente do DCE UEA e ano passado montamos o projeto e submetemos ao Conselho Universitário da UEA. Se precisarem de ajuda, contem com o nosso apoio. É necessário o reconhecimento do nome social e a universidade precisa avançar nesse sentido! (sobre a aluna transgênero que reivindica o uso de nome social dentro da Ufam)



Antonio P. Oliveira - Valorosos companheiros!! Bom Congresso!! Que o MD [movimento docente] saia com um plano de lutas e uma agenda bem definida para enfrentar os imensos desafios que temos pela frente. (sobre a participação da delegação da ADUA no 34º Congresso do ANDES-SN).



boas lições



Ufam, Ifam e UEA criticam reforma administrativa do governo do Amazonas

Aprovada pela Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam) no início do mês de março, a reforma administrativa proposta pelo governador do Amazonas, José Melo (Pros), que resultou, entre outras mudanças, na extinção da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti), recebeu duras críticas da comunidade acadêmica das instituições de ensino superior no Estado.

A primeira manifestação pública em defesa da Secti foi publicada pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), no dia 1º de março. Em nota, a Administração Superior da instituição externou preocupação com o anúncio oficial da extinção da pasta e os possíveis prejuízos resultantes da medida. "Colocará o Estado e suas instituições de pesquisa, em condição periférica no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, já que implicará em iminente risco de prejuízos para a captação de recursos para todas as instituições de pesquisa, públicas

e privadas, do Amazonas, em especial para a Ufam que é a instituição com o maior número de programas de Pós-graduação do Estado", diz trecho da nota assinada pela reitora, professora Dra. Márcia Perales.

Quatro dias depois foi a vez do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (Ifam) expor preocupação com o futuro da política de C&T no Estado. Em carta aberta à comunidade acadêmica e à sociedade manauara, pedindo pela manutenção da Secti, a instituição cita que, pelo menos, 24 mil estudantes podem ser afetados indiretamente com a extinção da pasta, com a qual mantém parcerias por meio de programa de bolsas. O pedido de reconsideração feito pelo Ifam visa "não causar ruptura das ações já implementadas e pactuadas com diversas instituições", diz trecho da carta.

A Universidade Estadual do Amazonas (UEA), vinculada diretamente à extinta Secti, também publicou, no

dia 18 de março, por meio de sua comunidade acadêmica, uma carta aberta à sociedade, na qual faz um alerta sobre os "efeitos perversos do modelo de organização em que se inspira o projeto de Reforma Administrativa do Governo, calcado na concentração de poder". "No processo da reforma, o Governo põe em funcionamento um claro movimento de concentração de poder que permite dissolver ou aniquilar instituições importantes para a sociedade amazonense, incorporando-as a outras pastas por ele criadas e preservando algumas existentes", diz trecho do documento que pode ser conferido na íntegra na página da ADUA (www.adua.org.br).

Inspirada na sua capacidade de representação social e científica e de produção do conhecimento inovador e crítico, a comunidade acadêmica da UEA chamou a mudança de retrocesso e teme "cortes orçamentários e medidas recessivas com efeitos sociais perversos".